

Reflexões sobre as modificações curriculares no Ensino Médio do Espírito Santo

Capixaba reflections on curriculum changes in high school education in Espírito Santo

Reflexiones sobre los cambios curriculares en la educación secundaria del Espírito Santo

Fernanda Xavier Machado¹ , Felipe Quintão Almeida² 

¹ Secretaria Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Autor correspondente:

Felipe Quintão Almeida

Email: fqalmeida@hotmail.com

Como citar: Machado, F. X., & Almeida, F. (2025). Reflexões sobre as modificações curriculares no Ensino Médio do Espírito Santo. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e22793. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.22793>

RESUMO

A etapa do Ensino Médio brasileiro passou por profundas mudanças, sendo a Lei nº 13.415/2017 um marco inicial desse processo. Após sete anos, essa etapa da educação sofreu novas modificações com a publicação da Lei nº 14.945/2024. Diante dessas mudanças, o objetivo deste texto é apresentar como essas alterações legais se materializaram na elaboração do Novo Ensino Médio no Estado do Espírito Santo. A análise documental foi o método de pesquisa empregado. Os resultados preliminares mostram a influência da lógica neoliberal na elaboração do currículo, comprometendo tanto a formação dos estudantes quanto o trabalho docente. O debate em torno do Novo Ensino Médio se torna fundamental para repensar não apenas a estrutura curricular, mas, também, a forma como a educação pública é concebida e valorizada no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Ensino Médio. Escola. Empreendedorismo.

ABSTRACT

The Brazilian high school stage has undergone profound changes, with Law No. 13,415/2017 marking the beginning of this process. After seven years, this stage of education experienced further modifications with the publication of Law No. 14,945/2024. In light of these changes, the objective of this text is to present how these legal alterations took shape in the development of the New High School in the state of Espírito Santo. Document analysis was the research method employed. Preliminary results show the influence of neoliberal logic in curriculum development, compromising both student education and teaching work. The debate surrounding the New High School is essential

to rethink not only the curriculum structure but also the way public education is conceived and valued in the Brazilian context.

Keywords: High School. School. Entrepreneurship.

RESUMEN

La etapa de la educación secundaria brasileña ha pasado por profundas transformaciones, siendo la Ley nº 13.415/2017 un hito inicial de este proceso. Siete años después, esta etapa de la educación sufrió nuevas modificaciones con la publicación de la Ley nº 14.945/2024. Teniendo en cuenta estos cambios, el objetivo de este texto es presentar cómo estas alteraciones legales se concretizaron en la elaboración del “Novo Ensino Médio” en el estado de Espírito Santo. El método de investigación empleado fue el análisis documental. Los resultados preliminares muestran la influencia de la lógica neoliberal en el desarrollo del currículo, comprometiendo tanto la formación de los estudiantes como el trabajo docente. El debate en torno al “Novo Ensino Médio” se vuelve fundamental para repensar no solo la estructura curricular, sino también la forma en que se concibe y valora la educación pública en el contexto brasileño.

Palabras-clave: Educación Secundaria. Escuela. Emprendimiento.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Ensino Médio brasileiro passou por profundas transformações, sendo a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, um marco inicial desse processo. Após sete anos, em 31 de julho de 2024, a última etapa da educação básica sofreu novas modificações com a publicação da Lei nº 14.945, de 2024. Diante dessas mudanças, o objetivo deste trabalho é analisar as Leis que impulsionaram a elaboração do Novo Ensino Médio (NEM) nacional, a partir de 2017, com foco na realidade educacional capixaba.

Para tratar das reordenações legais que impactaram a última etapa da educação básica brasileira, em especial no Espírito Santo, este estudo adotou uma abordagem qualitativa. A escolha por essa perspectiva justifica-se por seu caráter interpretativo, descritivo e compreensivo. Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada quando se busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais. Ainda conforme as autoras, essa orientação permite captar significados, valores, percepções e motivações, aspectos essenciais quando o objetivo não é quantificar dados, mas compreender em profundidade as experiências, relações e contextos.

O delineamento metodológico deste estudo pauta-se na pesquisa documental sobre a legislação federal e estadual relacionada às modificações curriculares que marcaram o Ensino Médio brasileiro/capixaba nos últimos anos. Como indica Gil (2002), desenvolver uma pesquisa documental significa reconhecer que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados. O autor ainda aponta que tal caminho metodológico permite a análise de informações já existentes e possibilita uma investigação mais aprofundada, à medida que os dados são examinados à luz de novas interpretações.

A elaboração deste trabalho fundamenta-se na trajetória profissional de um dos autores, que exerce o cargo de professor (a) efetivo (a) de Educação Física (EF) na rede estadual de ensino desde 2014. Entre os anos de 2019 e 2021, o (a) referido(a) docente integrou o quadro de uma das escolas selecionadas para a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) na capital do Espírito Santo. Conforme o regime de trabalho vigente à época, cumpria-se uma carga horária de 25 horas semanais, composta por 20 aulas e cinco horas destinadas ao planejamento, preferencialmente

realizadas na unidade escolar de lotação, como previsto no dispositivo nº 9.770 de 26 de dezembro de 2011.¹

No ano de 2021, embora a estrutura do Novo Ensino Médio (NEM) ainda não estivesse plenamente implementada, as mudanças elaboradas até aquele momento afetaram diretamente meu trabalho docente. Esse impacto ocorreu devido ao desenho curricular adotado pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU), que optou por reduzir o número de aulas de Educação Física em toda as séries desta etapa.

Diante dessa situação, tinha duas opções: complementar minha carga horária de 25 horas (vinte e cinco horas) em outra instituição de ensino ou permanecer na mesma unidade escolar, assumindo duas disciplinas da parte diversificada do currículo, as quais não possuíam relação direta com minha formação inicial. Naquele momento, a escolha que me pareceu mais adequada foi continuar atuando apenas em uma instituição; no entanto, isso significou ministrar aulas de componentes curriculares da parte diversificada² do currículo: "Projeto de Vida"³ e "Eletiva".⁴

Em agosto de 2021 mudei minha lotação de trabalho para a Superintendência Regional de Educação de Carapina, segmento administrativo da SEDU. Por esse motivo, não vivenciei integralmente as modificações trazidas pela implementação total do Novo Ensino Médio (NEM) no Espírito Santo.

Vale destacar que todas as peças da análise legal dos dispositivos que mudaram os rumos do Ensino Médio no país e, conseqüentemente, no Espírito Santo, integram a tese de doutorado intitulada "Entre voltas e reviravoltas: o Ensino Médio capixaba, as modificações curriculares e os efeitos para o trabalho dos professores de Educação Física escolar." Embora o foco central da tese trate especificamente dos efeitos das mudanças curriculares para a Educação Física no Ensino Médio, compreender o contexto nacional e estadual que deu suporte a essas alterações é de suma importância para atingir os objetivos da tese e é isso que passará a ser detalhado neste artigo.

Considerando o cenário descrito acima, o próximo tópico apresentará o contexto que influenciou as transformações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com foco nas mudanças ocorridas no Ensino Médio brasileiro a partir de 2017. Posteriormente, tendo como base a Lei nº 13.415/2017, serão especificados os documentos estaduais que indicam como ocorreu a implementação do NEM no Estado do Espírito Santo. Esse tópico, que antecede as considerações finais, apresentará também o desenrolar da Lei nº 14.945/2024 aprovada em 31 de julho de 2024 e que foi responsável por revogar parte das determinações feitas durante o governo de Michel Temer.

O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO NACIONAL

O cenário que envolve a reforma do Ensino Médio brasileiro compõe um contexto nacional onde os interesses neoliberais pesaram nas decisões políticas e econômicas do país. Assim, em 31 de agosto de 2016, o país viu Dilma Vana Rousseff (2011–2016), a primeira mulher a ocupar a

¹ Dispositivo responsável por alterar a Lei nº 5.580 de 13 de janeiro de 1998, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Estadual do Espírito Santo. Disponível em: www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/Lei55801998.html

² O documento "Protocolo da parte diversificada" indica que as disciplinas que compõe essa parte do currículo auxiliam na conexão entre os conteúdos da Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2025/02/Protocolo-da-Parte-Diversificada.pdf>

³ A Portaria nº1432, de dezembro de 2018, define as eletivas como: conjunto de situações e atividade educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional.

⁴ De acordo com o material "Aprofundamento em projeto de vida", um dos propósitos da disciplina é enxergar o indivíduo em sua totalidade, incluindo relações interpessoais e preparação para o mundo do trabalho. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lyjjZL-NVi597x9SseMRFdOzKClyPPz4/view>

cadeira presidencial do Brasil, sofrer um golpe parlamentar por meio de um controverso processo de impeachment. Saviani (2018) define os caminhos que levaram à destituição de Dilma Vana Rousseff como resultado de uma atmosfera de ódio criada em torno do partido da presidenta, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Rizzotto (2017) indica que após o golpe parlamentar, Michel Temer assume a presidência (2016-2018) e inaugura uma nova fase do neoliberalismo brasileiro. Essa, por sua vez, teve como objetivo principal seguir o processo de restringir, reduzir ou eliminar os direitos sociais dos trabalhadores e as conquistas das camadas populares.

Para Borges (2020), o foco central do o governo Temer tinha o interesse de alinhar as políticas educacionais do país aos princípios da nova ofensiva neoliberal, adotando uma perspectiva mercadológica da educação e promovendo reformas focadas em competitividade e produtividade econômica. Assim, apenas 22 dias após a posse definitiva de Michel Temer, foi aprovada, em caráter de urgência, a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Essa medida foi transformada no Projeto de Lei nº 34/2016 com base no Relatório da Comissão Mista e, em 16 de fevereiro de 2017, foi publicada e incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo mudanças na estrutura curricular do Ensino Médio.

Para Cássio e Goulart (2022), o resultado dessa ação indica que os grupos políticos aliados ao governo estavam autorizados a elaborar e implementar políticas voltadas à dizimação dos direitos sociais da população brasileira, incluindo o direito à educação dos/as adolescentes na etapa final da educação básica.

Ferreti e Silva (2017) indicam que foram poucas as modificações sofridas pela Medida Provisória 746 até sua transformação em Lei. As audiências públicas responsáveis por debater a questão eram, em sua maioria, compostas por pessoas ou entidades com maior afinidade ao governo de Michel Temer, frequentemente ligadas a outros órgãos governamentais ou ao setor privado. Isso evidenciou uma correlação de forças que privilegiou os interesses desse grupo em detrimento dos demais (Ferreti & Silva, 2017, p. 396). Lyrio et al. (2024) enxergam a reforma do Ensino Médio e a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) como integrantes de um projeto educacional para o Brasil, com o propósito de a individualizar o processo formativo, esvaziar a escola dos conteúdos científicos e das reflexões fundamentais para a formação intelectual, política e social dos/as jovens.

Embora aprovada, é importante destacar que a Lei 13.415/2017 não passou despercebida pela sociedade brasileira. As pressões populares em torno da MP 746/16 incluíam, ainda, a polêmica retirada da obrigatoriedade de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia da grade curricular dessa etapa da educação básica. A possível retirada dessas disciplinas da última etapa da educação básica brasileira causou grande repercussão contrária às medidas apresentadas na MP 746/16.

Lyrio et al. (2024) destacam que, no ano de 2016, houve um movimento de ocupação das escolas e universidades por parte dos estudantes secundaristas e de diversas universidades públicas, em protesto contra as modificações curriculares para o Ensino Médio nacional. Entretanto, apesar de toda a mobilização social contra as medidas controversas da MP 746/16, a mesma se tornou a Lei 13.415/2017. Sem grandes modificações em relação à medida provisória, a recente aprovação da Lei incluiu em sua estrutura o Art. 35-A, com a seguinte redação: § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e filosofia (Brasil, 2016).

Cruz e Silva (2019) indicam que as formas como as áreas do conhecimento foram agrupadas possibilitaram a flexibilização do formato anterior de disciplinas previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), resultando, assim, em prejuízos no que tange às suas especificidades.

Diante de todos os acontecimentos que marcaram a reforma do Ensino Médio, o Estado do Espírito Santo foi um dos que iniciou o processo de implementação do NEM a partir de 2019. Assim, os desdobramentos da aprovação da Lei 13.415/2017 no Estado do Espírito Santo serão destacados

no próximo tópico.

CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO E ARQUITETURA DO ENSINO MÉDIO CAPIXABA

Para atender às determinações federais, a SEDU iniciou, a partir de 2019, o processo de concretização do Novo Ensino Médio (NEM). Nesse contexto, foram divulgados instrumentos normativos, como a Portaria nº 176-S, de 08 de fevereiro de 2019.⁵ Entre as medidas previstas nesse ato, destaca-se uma escuta pública com o intuito de captar a percepção da sociedade acerca da elaboração do currículo do NEM capixaba. Para esse fim, entre os dias 21 de outubro e 11 de novembro de 2019, foi disponibilizada uma consulta online com perguntas relacionadas à organização curricular. A Formação Geral Básica (FGB), componente comum da trajetória escolar dos estudantes da rede, esteve aberta a sugestões nesse período, recebendo a participação de 8.715 pessoas e 4.675 contribuições, conforme consta no Plano de Implementação (PLI) do NEM no Espírito Santo. O mesmo documento ainda registra que, entre os dias 23 de novembro e 10 de dezembro de 2019, realizou-se uma nova consulta, dessa vez voltada aos Itinerários Formativos (IF), a qual contou com a adesão de 781 participantes. Análise dos dados coletados para fundamentar legalmente o NEM contaram com a colaboração do Instituto Reúna,⁶ uma organização não governamental.

Além da consulta pública, a implementação do currículo também envolveu a realização de rodas de conversa e questionários com estudantes dos 9º anos das redes municipais e estadual de ensino. Esses instrumentos buscavam conhecer os interesses dos alunos que estavam prestes a ingressar no Ensino Médio, permitindo que suas opiniões fossem consideradas na construção do currículo. De acordo com PLI, após o período de apropriação dos documentos nacionais, acompanhamento das escolas-piloto e escuta dos sujeitos integrantes da rede pública de ensino do Espírito Santo, bem como da sociedade civil, o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração curricular encaminha para a apreciação do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo a última versão da nova proposta curricular para o Ensino Médio.

Em 5 de janeiro de 2021 é publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo a Resolução CEE-ES /2020 nº 5777/2020, que aprova o currículo para a etapa do Ensino Médio capixaba.

Conforme os ciclos de implementação do NEM capixaba, disposto no PLI do ano de 2022, o objetivo principal objetivo era:

A implementação do documento curricular, para todas as turmas de 1ª série da rede, na formação de professores no currículo dos itinerários de aprofundamento, no monitoramento e avaliação da implementação no ano de 2021 e no acompanhamento da implementação neste ano corrente (Espírito Santo, 2021, p. 41).

Ainda que a estrutura do NEM capixaba, conforme apresentada nos documentos oficiais, aparente ser uma elaboração democrática, Lyrio et al. (2024) apontam que a consolidação das mudanças curriculares apresentou falhas. Os/as autores/as destacam que, após a realização dessa etapa, as instituições participantes não receberam retorno por parte da SEDU, configurando-se, assim, um diálogo interrompido com as escolas envolvidas. A falta de diálogo com as instituições de

⁵ Institui o grupo de trabalho – GT novo Ensino Médio SEDU para coordenar a ação de implantação de escolas-piloto e elaborar o plano de implementação do novo Ensino Médio - PLI, no âmbito da educação básica no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4362#/p:21/e:4362?find=Portaria%20n%C2%BA%20176-S,%20de%2008%20de%20fevereiro%20de%202019>

⁶ De acordo com as informações encontradas na página do Instituto, o Reúna se caracteriza como uma organização sem fins lucrativos que por meio de parcerias com os estados e municípios brasileiros, desenvolve recursos e referências técnico-pedagógicas para a implementação da BNCC. Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br>.

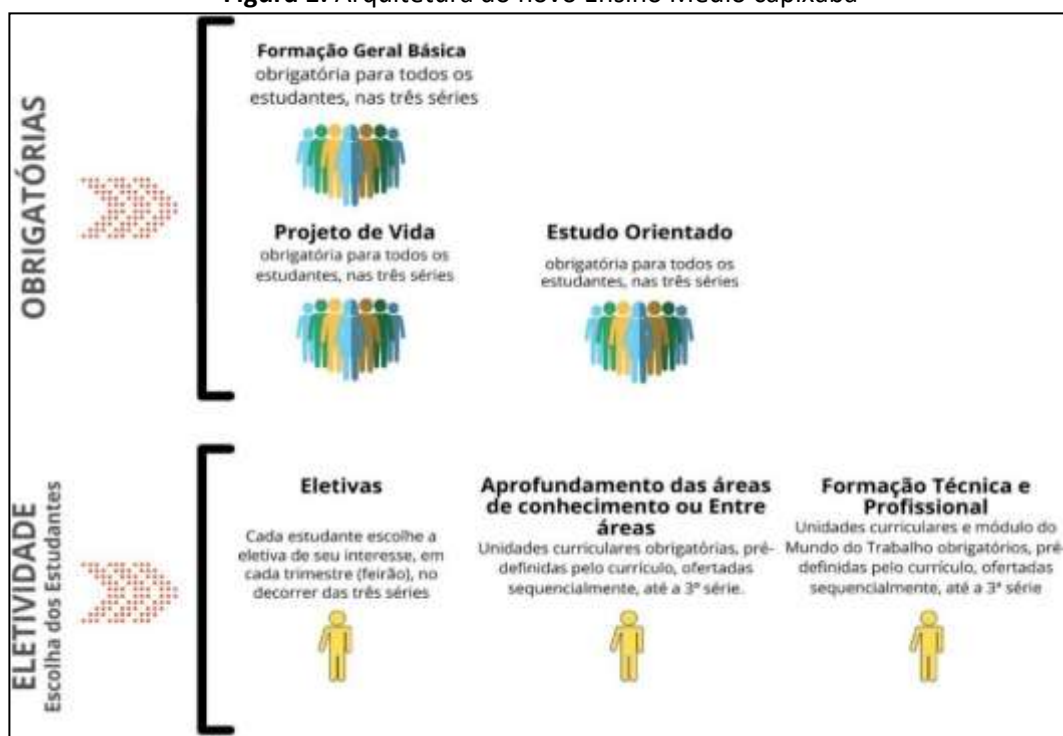
ensino após a consolidação do NEM igualmente foi abordada por Ferreira e Santos (2024). As autoras apontam que, prestes a entrar oficialmente em vigor, no ano de 2021, grande parte dos/as professores/as, gestores/as ainda possuíam dúvidas a respeito da reforma curricular elaborada pela SEDU.

Outra crítica feita por Ferreira e Santos (2024, p. 6) está na presença das iniciativas não governamentais na elaboração do NEM. Isso significa

[...] que a sistematização dos documentos ficou na responsabilidade de instâncias privadas que comercializam pacotes educacionais. O que não é novidade, já que a reforma do Ensino Médio é um projeto formulado por organizações empresariais (fundações e institutos sociais) que avançaram no campo da educação do país há pelo menos duas décadas em busca de um nicho de mercado.

Dentro dessa perspectiva, Peroni (2020) observa essas parcerias como estratégias por meio das quais entidades privadas se beneficiam de recursos destinados à educação pública, visando o lucro. Dessa forma, a educação passa a ser tratada como capital financeiro. Apesar dessa comunicação deficitária, o currículo para o NEM capixaba é apresentando para a sociedade em geral da seguinte forma:

Figura 1: Arquitetura do novo Ensino Médio capixaba



Fonte: Plano de Implementação: Novo Ensino Médio Capixaba (Espírito Santo, 2021, p. 34).

O quadro acima é um demonstrativo de como o NEM capixaba foi estruturado a partir das determinações da Lei nº 13.415/2017. Assim é possível observar a existência de conteúdos comuns a todas as séries da etapa, bem como a parte diversificada, onde a escolha ficaria a critério dos estudantes.

De acordo com os documentos estaduais, a nova estrutura curricular foi pensada para a construção de uma maior autonomia por parte dos estudantes que, por sua vez, estão na “Centralidade do processo educativo, conciliando seu protagonismo com seu projeto de vida, de forma que, ao final dos três anos, cada educando tenha trilhado um percurso pessoal e significativo para a conclusão da formação básica” (Espírito Santo, 2020, p. 03).

Entretanto, Ferreira e Silva (2024) mostram que a ideia de um currículo pautado nas escolhas

dos estudantes pode ser facilmente desconstruída ao se pensar em localidades onde só existem uma escola vinculada a rede estadual, sem estrutura e garantia para ofertar todos os Itinerários Formativos (IF). Eles também alertam que, dentro do processo de formação, as escolhas precoces podem significar um grande risco de serem abandonadas em curto espaço de tempo, tendo em vista situações que englobam o exame do Ensino Médio (Enem) e/ou a continuidade no ensino superior e/ou o trabalho.

No dia 06 de dezembro de 2021⁷ foi publicada a Portaria nº 279-R, responsável por indicar o quantitativo de aulas para os componentes curriculares integrantes do NEM. A tabela a seguir apresenta o desenho da FGB para o Ensino Médio regular ofertado no diurno:

Tabela 1: Organização curricular FGB, Ensino Médio regular para o turno diurno

Organização Curricular da Educação Básica – Ensino Médio (diurno)										
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS			AULAS ANUAIS			TOTAL	
			1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série		
	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5	4	3	200	160	120	480	
		Língua Inglesa	2	-	-	80	-	-	80	
		Educação Física	2	-	-	80	-	-	80	
		Arte	2	-	-	80	-	-	80	
		Subtotal	11	4	3	440	160	120	720	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	-	2	2	-	80	80	160	
		Física	2	2	-	80	80	-	160	
		Química	2	2	-	80	80	-	160	
		Subtotal	4	6	2	160	240	80	480	
	MATEMÁTICA	Matemática	5	4	3	200	160	120	480	
		Subtotal	5	4	3	200	160	120	480	
	CIÊNCIAS HUMANAS	Filosofia	2	-	-	80	-	-	80	
		Geografia	-	2	2	-	80	80	160	
		História	-	2	2	-	80	80	160	
		Sociologia	2	-	-	80	-	-	80	
		Subtotal	4	4	4	160	160	160	480	
	SUBTOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA			24	18	12	960	720	480	2160

Fonte: Portaria nº 279-R, de 6 de dezembro de 2021 (Espírito Santo, 2021, p. 23).

A tabela acima revela uma distribuição desigual da carga horária anual da Formação Geral Básica (FGB) no Ensino Médio capixaba, evidenciando um modelo decrescente ao longo das séries. A 1ª série concentra o maior volume de aulas, sobretudo nas áreas de Linguagens e Matemática, enquanto a 3ª série sofre uma expressiva redução da carga horária. Essa estrutura compromete a progressividade formativa, especialmente em áreas como Ciências da Natureza e Linguagens, que enfrentam uma descontinuidade prejudicial ao aprofundamento de conteúdo. A área de Ciências Humanas, embora mantenha certa estabilidade nas séries finais, ainda carece de maior valorização. A organização curricular, ao seguir uma lógica de enxugamento progressivo, distancia-se da tradição educacional que defende uma formação sólida, contínua e integral ao longo de todo o Ensino Médio.

No que diz respeito as definições legais dos Itinerários Formativos (IF), a Portaria nº 279-R, de 06 de dezembro de 2021, apresenta 10 itinerários, sendo 8 voltados para o Ensino Médio regular e 2 voltados para a educação técnica profissional.

De acordo com as informações disponíveis na página <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/>, os componentes que integram a parte diversificada do currículo estão divididos em dois subgrupos. O primeiro engloba os aprofundamentos das áreas do conhecimento previstas na Lei nº 13.415/2017 e incorporadas pela BNCC homologada pelo MEC em

⁷ Portaria responsável por definir os procedimentos e diretrizes para implementação das organizações curriculares na Rede Escolar Pública Estadual, e demais providências. Todas as organizações curriculares definidas pelo dispositivo legal, estão disponíveis em:

[https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/279-R
Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%20de%202022-1.pdf](https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/279-R%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%20de%202022-1.pdf)

14 de dezembro de 2018. Dessa forma, os estudos voltados para esses Itinerários têm como foco o aperfeiçoamento das áreas do conhecimento por meio das disciplinas que as compõem. O quadro abaixo ilustra os desenhos dos Itinerários Formativos (IF) por áreas:

Quadro 1: Quadro demonstrativo dos aprofundamentos por áreas do conhecimento para a Ensino Médio regular:

ÁREA DE CONHECIMENTO	NOME DO APROFUNDAMENTO
Linguagens e suas Tecnologias	Mídias Digitais: Linguagens em Ação!
Matemática e suas Tecnologias	Educação Financeira e Fiscal
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Terra, Vida e Cosmo
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Modernização, Transformação Social e Meio Ambiente

Fonte: Currículo do Espírito Santo – Ensino Médio – Apresentação IF (Espírito-Santo, 2024).

As informações que detalham os Itinerários Formativos (IF) ligados aos aprofundamentos por áreas demonstram que os títulos "Mídias Digitais", "Educação Financeira" e "Meio Ambiente" indicam uma aproximação com temas contemporâneos, bem como uma interdisciplinaridade implícita, ainda que cada aprofundamento esteja vinculado a uma área específica. Na análise desse quadro, pode haver o risco de superficialidade caso esses temas não sejam acompanhados de metodologias investigativas e práticas contextualizadas.

O segundo subgrupo é o aprofundamento entre áreas. Como é possível interpretar por meio dos documentos oficiais, os Itinerários Formativos (IF) que direcionam os estudos aqui se apresentam como a junção de duas áreas do conhecimento:

Quadro 2: Quadro demonstrativo dos aprofundamentos entre áreas do conhecimento para a Ensino Médio regular:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	NOME DO APROFUNDAMENTO ENTRE ÁREAS
Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Narrativas Socio literárias: Literatura, Arte e Ciências Humanas Escrevem o Mundo
Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias	O Esporte, a Ciência e as Suas Linguagens
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Humanidades e Relações Socioambientais
Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias	Energias Renováveis e Eficiência Energética

Fonte: Currículo do Espírito Santo – Ensino Médio – Apresentação IF (Espírito Santo, 2024).

Os dados contidos no quadro acima indicam que os Itinerários Formativos (IF), ao serem organizados por esses aprofundamentos entre áreas do conhecimento, demonstram uma proposta interdisciplinar. Apesar do discurso inovador, Ferreira e Santos (2024) enxergam que o grande desafio na consolidação dos Itinerários Formativos (IF) descritos nos dois quadros acima encontra-se na falta de infraestrutura das instituições de ensino estaduais para ofertar os aprofundamentos em suas totalidades. Em termos legais, é válido frisar que Itinerários Formativos (IF) elaborados para o NEM capixaba seguem integralmente os quatro eixos estruturantes previstos na Portaria nº 1432/2018.⁸ Entre os eixos estruturantes previstos pela legislação nacional e incorporada pelo NEM

⁸ Portaria nº 1432/2018, que orienta que os itinerários fossem estruturados a partir de quatro eixos:

Investigação Científica: com o objetivo de aprofundar conceitos fundamentais das ciências, visando a interpretação de ideias, fenômenos e processos.

capixaba, cabe destacar o eixo: Empreendedorismo. Os documentos que embasam o NEM capixaba seguem as seguintes definições:

Os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Para tanto, busca desenvolver autonomia, foco e determinação para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais como: entrar na Universidade ou Faculdade, participar de projetos sociais ou criar empreendimentos voltados à geração de renda via oferta de produtos e serviços, com ou sem uso de tecnologias. Esse é o momento de mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Espírito Santo, 2020, p. 31).

A compreensão acima de empreendedorismo adotada pelo NEM capixaba para os Itinerários Formativos (IF) mostra-se em consonância com a Portaria nº 1432/2018:

Neste eixo, os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Para tanto, busca desenvolver autonomia, foco e determinação para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais ou criar empreendimentos voltados à geração de renda via oferta de produtos e serviços, com ou sem uso de tecnologias. O processo pressupõe a identificação de potenciais, desafios, interesses e aspirações pessoais; a análise do contexto externo, inclusive em relação ao mundo do trabalho; a elaboração de um projeto pessoal ou produtivo; a realização de ações-piloto para testagem e aprimoramento do projeto elaborado; o desenvolvimento ou aprimoramento do projeto de vida dos estudantes (Brasil, 2018, s.p).

Dentro do processo de ensino aprendizagem do NEM, o PLI apresenta a seguinte proposta, adotada pela SEDU, para o eixo:

Visando a promover novas perspectivas de negócios, fomentar o empreendedorismo através do método ‘aprender fazendo’, e preparar o estudante para o mercado de trabalho, a Secretaria da Educação firmou acordo de Cooperação Técnica com a Associação Junior Achievement do Estado do Espírito Santo. Tal programa contempla estudantes da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio (Espírito Santo, 2021, p. 12).

Cruz e Soares (2024) destacam que as parcerias firmadas entre a SEDU e grupos empresariais, no processo de implementação e efetivação do NEM, embaralham as fronteiras entre escola e empresa, resultando na desterritorialização da escola e da própria educação. Ainda a respeito dessa questão, Cruz e Soares (2024, p. 03) complementam:

Uma estrutura curricular, contudo, que compreende o estudante como ‘empreendedor’, acaba por responsabilizá-lo integralmente por seu futuro uma vez que originário do ramo empresarial, o termo ‘empreender’ passou a significar o esforço do indivíduo em prol de seu ‘sucesso’, como se o jovem estivesse apartado das condições do meio em que vive: de sua trajetória familiar, de sua herança material, cultural e racial. Muito mais que um instrumento meramente prescritivo, observamos que o currículo se torna o resultado de uma construção social em que a definição

Processos Criativos: focado na utilização de conhecimentos e habilidades para criar soluções inovadoras para problemas sociais e no mundo do trabalho.

Mediação e Intervenção: visando ampliar habilidades relacionadas à convivência e à atuação sociocultural.

Empreendedorismo: com o objetivo de expandir a capacidade dos estudantes de aplicar conhecimentos para empreender projetos pessoais ou produtivos, articulados com seus projetos de vida.

dos conteúdos escolares passa a envolver prioridades sociopolíticas e discursos, pouco a pouco incorporados no cotidiano das escolas por meio de suas 'feiras de negócios', 'mostras profissionais' ao ponto em que nos arriscamos a confundir a escola com uma empresa.

Para Souza et al. (2023), essa premissa é considerada um ponto capaz de esvaziar o papel emancipador da educação em favor dos anseios privatizantes do capital, que vinculam a formação dos jovens às perspectivas de competências. Dessa maneira, o desenho curricular capixaba para o Ensino Médio pode reforçar valores como o individualismo, a competitividade, o utilitarismo, a adaptação e a flexibilidade do "saber fazer" e do "saber ser".

Considerando essa descrição, o desenho curricular do NEM capixaba teve sua vigência a partir do ano de 2022. A nova estrutura para o NEM capixaba ganhou uma página virtual específica: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/>. Para apresentar todas as alterações curriculares previstas para o NEM capixaba, em 26/08/2021 foi publicada uma matéria, na página da SEDU, com o título: "Sedu anuncia mudanças para Novo Ensino Médio Capixaba". Entre as informações apresentadas pela reportagem, se destaca o seguinte trecho:

As mudanças objetivam garantir a oferta de educação de qualidade, aproximando a escola da realidade dos jovens, considerando as complexidades e o entorno, de modo que seja possível desenvolver o protagonismo nos estudantes, ampliar percepções para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade (Espírito Santo, 2021, s/p.).

Ainda seguindo a reportagem, os Itinerários Formativos (IF) são descritos como sendo unidades curriculares que aprofundam os conhecimentos aprendidos na Formação Geral Básica (FGB) e permitem aos estudantes fazer escolhas de acordo com interesses, em uma ou mais áreas de conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional (2021).

Lyrío et al. (2024) indicam uma problemática relacionada à forma como o Ensino Médio capixaba foi estruturado. De acordo com os autores, a falta de itinerários voltados para a formação profissional tem se mostrado um dos fatores responsáveis pela perda de matrículas nessa etapa da educação básica. Para Souza et al. (2023), a queda nas matrículas e os altos índices de evasão foram argumentos utilizados para impulsionar a reforma educacional de 2016. Entretanto, os dados apresentados por Lyrío et al. (2024) mostram que, na prática, há uma ineficiência do Estado em cumprir as próprias metas estabelecidas, além de uma falha em atender às demandas da realidade escolar.

As críticas à implementação do NEM capixaba também aparecem no texto de Souza et al. (2023). Os autores apontam problemas na oferta dos Itinerários Formativos (IF) nas escolas da rede estadual, destacando que os critérios relacionados às perspectivas e aptidões dos estudantes não foram respeitados pela SEDU. "A capacidade de oferta da instituição, que se fazem mais importantes na escala de prioridades para a escolha de qual itinerário formativo a ser ofertado na escola X ou Y, segundo sua infraestrutura ou outras características" (Souza et al., 2023, p. 13). No que diz respeito aos conhecimentos que compõem o currículo, Souza et al. (2023) indicam a diminuição na quantidade de aulas semanais de todas as disciplinas, inclusive aquelas que habitualmente possuíam o maior número de aulas. No

Novo Ensino Médio (NEM), os componentes curriculares Língua Inglesa, Educação Física, Arte, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia não serão mais estudados em todas as séries, o que causa um prejuízo maior para os alunos que, infelizmente, não serão compensados com a proposta de 'aprofundamento' entre as áreas de conhecimento (Souza et al., 2023, p. 14).

Após sete anos da promulgação da Lei nº 13.415/2017, o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 1º de janeiro de 2023, revogou parte desse dispositivo legal por meio da Lei nº 14.945/2024. A reforma “Novo” Ensino Médio Capixaba é retratada como se tivesse sido elaborada exclusivamente a partir da Lei 14.945/2024, ignorando a existência de um passado que precedeu essa (re)implementação.

Para incorporar as alterações previstas na Lei nº 14.945/2024, é publicada a Portaria nº 1255-S, de 11 de outubro de 2024. Entre as determinações do dispositivo, está a instauração de um grupo de trabalho com o objetivo de (re)elaborar o novo currículo, considerando a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). Outro ponto que merece destaque é o fato de que o grupo de trabalho instituído para a reformulação do currículo não contou com a participação de docentes e educandos que vivenciaram a implementação efetiva das mudanças curriculares entre os anos de 2022 e 2024. A ausência da escuta desses atores indica que o novo processo de reestruturação do currículo do Ensino Médio capixaba não passou por uma avaliação das ações implementadas após a Lei 13.415/2017.

Ao ignorar integrantes importantes do Ensino Médio capixaba, a SEDU sinaliza que as ações planejadas para essa etapa da educação, a partir da Portaria Nº 1255-S de 11 de outubro de 2024, mostram-se apenas com o objetivo de cumprir burocraticamente com as determinações federais. Assim, o NEM instaurado para atender a Lei 14.945/2024, para o ano letivo de 2025, indica, em certa medida, a continuidade do NEM já instituído, pela SEDU, entre os anos de 2022 a 2024.

De acordo com as alterações adotadas pela SEDU a partir da incorporação da Lei nº 14.945/2024, a organização curricular para a etapa do Ensino Médio na modalidade regular para diurno apresenta as seguintes características:

Tabela 2: Organização curricular para a etapa do Ensino Médio modalidade regular, turno: Diurno



ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS						AULAS ACRESCENTADAS E SUPRIMIDAS		
		1ª série		2ª série		3ª série		1ª Série	2ª Série	3ª Série
		2024	2025	2024	2025	2024	2025			
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5	5	4	4	3	5	-	-	+2
	Língua Inglesa	2	2	-	1	-	1	-	+1	+1
	Educação Física	2	1	-	1	-	-	-	+1	-
	Arte	2	1	-	1	-	-	-	+1	-
	Subtotal Línguas	11	9	4	7	3	6	-3	+3	+3
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	-	2	2	2	2	2	+2	-	-
	Física	2	2	2	2	-	1	-	-	+1
	Química	2	2	2	2	1	1	-	-	+1
	Subtotal Ciências da Natureza	4	6	6	6	2	4	+2	-	+2
MATEMÁTICA	Matemática	5	5	4	4	3	5	-	-	+2
	Subtotal Matemática	5	5	4	4	3	5	-	-	+2
CIÊNCIAS HUMANAS	Filosofia	2	1	-	-	-	1	-	-	+1
	Geografia	-	2	2	2	2	2	+2	-	-
	História	-	2	2	2	2	2	+2	-	-
	Sociologia	2	1	-	-	-	1	-	-	+1
	Subtotal Ciências Humanas	4	6	4	4	4	6	+2	-	+2
SUBTOTAL FORMAÇÃO GERAL BÁSICA		24	26	18	21	12	21	+2	+3	+9

Fonte: Apresentação do novo Ensino Médio capixaba (SEDU, 2024).

A partir tabela acima, no que tange a Formação Geral Básica (FGB), é possível notar que, embora tenham ocorrido modificações nos dispositivos legais em termos quantitativos para as

disciplinas de Educação Física e Artes, a inclusão de uma aula para as 2ª séries não representa um ganho significativo. Isso se deve ao fato de que as turmas das 1ª séries perderam uma aula semanal desses componentes curriculares citados. No que diz respeito a configuração dos Itinerários Formativos (IF), a organização quantitativa dos componentes curriculares segue a estrutura conforme o exemplo a seguir:

Tabela 3: Organização curricular para a etapa do Ensino Médio modalidade regular, turno: Diurno

			AULAS SEMANAIS						AULAS ACRESCENTADAS E SUPRIMIDAS			
			1ª série		2ª série		3ª série		1ª Série	2ª Série	3ª Série	
			2024	2025	2024	2025	2024	2025				
COMPONENTES INTEGRADORES												
Bellva**			2	1	2	1	2	1	-	-	-	
Projeto de Vida**			2	1	1	1	1	1	-	-	-	
Estudo Orientado**			2	2	-	1	-	1	-	+1	+1	
Subtotal Componentes Integradores			6	4	3	3	3	3	-	-	-	
ITINERÁRIO FORMATIVO	MÍDIAS DIGITAIS: LINGUAGENS EM AÇÃO	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa e linguagens digitais	-	-	2	2	-	-	-	-	-
			Inglês como Língua Franca na Cultura Digital	-	-	1	1	-	-	-	-	-
			Hispanidades e Brasilidades - Iniciação	-	-	2	1	-	2	-	-	-
			Arte e Patrimônio Cultural	-	-	2	1	3	2	-	-	-
			Mídias Digitais e as Práticas Corporais	-	-	2	1	3	1	-	-	-
			Linguagem, comunicação e mídia	-	-	-	-	3	1	-	-	-
			Língua Inglesa e as Mídias Digitais	-	-	-	-	3	1	-	-	-
			A Língua Espanhola na América Latina	-	-	-	-	3	1	-	-	-
Subtotal Aprofundamento			0	0	7	6	15	6	-	-	-	
SUBTOTAL ITINERÁRIO FORMATIVO			6	4	13	9	18	9	-	-	-	

Fonte: Apresentação do novo Ensino Médio capixaba (SEDU, 2024)

O quadro acima revela que a nova organização curricular apresenta uma redução de aulas para cada um desses elementos; apesar disso, a estrutura geral para o Ensino Médio capixaba continua a mesma da que foi elaborada a partir da Lei nº 13.415/2017.

CONCLUSÃO

As transformações promovidas nas diretrizes do Ensino Médio brasileiro, a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017 e, posteriormente, com a Lei nº 14.945/2024, revelam um processo contínuo de reconfiguração curricular que, embora mascarado por um discurso de modernização e inovação, carrega em si elementos responsáveis por fragilizar os fundamentos históricos da educação pública nacional. No contexto capixaba, observou-se que a implementação do NEM, orientada por dispositivos legais federais e executada pela SEDU, seguiu diretrizes alinhadas à lógica neoliberal, priorizando competências de mercado e valores individualistas em detrimento de uma formação integral e humanista.

No que tange à construção de uma educação democrática e inclusiva, os caminhos trilhados pela SEDU, tanto na elaboração do NEM, a partir da Lei nº 13.415/2017, quanto na reelaboração após a publicação da Lei nº 14.945/2024, apontam para uma direção contrária. A ausência de um diálogo sólido e contínuo evidencia o descaso do órgão com os/as professores/as e alunos/as — os/as principais atores/atrizas envolvidos/as nesse processo. A análise documental realizada neste estudo evidencia, ainda, que as parcerias realizadas entre a SEDU e a iniciativa privada apontam

para um processo educativo moldado por interesses nem sempre conectados às demandas do cotidiano escolar.

A trajetória recente do Ensino Médio no Espírito Santo, marcada por ausências de escuta ativa, redução da carga horária de componentes essenciais, descontinuidade formativa e limitações na oferta dos Itinerários Formativos (IF), indica uma ruptura com práticas educacionais construídas historicamente com base no princípio da escola pública, laica, gratuita e de qualidade. Ignorar as vozes daqueles que vivenciam o cotidiano escolar, em especial os professores e estudantes, significa enfraquecer o elo entre teoria e prática, entre norma e realidade.

Seria preciso, ao contrário, ouvir professores, estudantes e gestores escolares, os principais protagonistas da educação e construir um projeto educacional que respeite a diversidade e promova, de fato, o desenvolvimento integral da juventude.

Dessa forma, é necessário que as reformas curriculares não sejam apenas revisões legislativas, mas, sobretudo, a valorização do fazer pedagógico, da tradição educacional e da participação democrática. É preciso que a escola de fato assuma o seu papel como espaço de formação crítica, comprometida com a transformação social, a justiça e a igualdade de oportunidades.

Contribuições dos Autores: Machado, F. X.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Almeida, F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Borges, K. P. (2020). “Eu vejo o futuro repetir o passado”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. *Revista Pedagógica*, [S. l.], 22, 1-24. <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5676>

Brasil. (2018). Ministério da Educação. Portaria no 1.432/18, de 08 de novembro de 2018. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199.

Cássio, F., & Goulart, D. C. (2022). A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao Ensino Médio nem-nem. *Retratos da Escola*, [S. l.], 16(35), 285-293. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35>

Cavalcante, F., A., & Silva, F. V. (2024). O protagonismo juvenil em livros didáticos de Projeto de Vida do Novo Ensino Médio. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, 25 (00), p. e024005. <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.19420>

Costa, M. O., & Caetano, A. M., R. (2021). Um novo ethos educacional no Ensino Médio: da formação integral ao empreendedorismo. *Revista Exitus*, Santarém, 11, e020179. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1655>

Cruz, A. A., & Soares, M. G. F. (2024). A escola-mercado: projeto de Vida e saúde mental no contexto do “Novo Ensino Médio Capixaba”: um relato de experiência. *Revista Cocar*, 21 (39), 1-19. <https://doi.org/10.31792/rc.v21i39>

Cruz, L. R., & Silva, M. R. (2019). A educação física frente às ameaças da medida provisória 746/16: movimentações e repercussões. *Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, 1(1), 30-50.

Souza, V., Guimarães, V. C., Monteiro, S. R. M., & Lima, M. (2023). A implementação dos itinerários formativos no currículo do novo Ensino Médio nas escolas públicas do Estado do Espírito Santo. *Educação, Ciência e Cultura*, 28 (2), 10043. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v28i1.10043>

Espírito Santo (Estado). (2020). Secretaria de Estado da Educação. Currículo do Espírito Santo: texto introdutório - Ensino Médio. <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/documentos/>

Espírito Santo (Estado). (2021). Secretaria de Estado da Educação. Plano de implementação. <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/PLIES.pdf>.

Espírito Santo. (Estado). (2022). Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 329-R, de 30 de dezembro de 2021. Atualiza as diretrizes para a organização do conselho de líderes de turma das escolas que ofertam ensino fundamental anos finais e Ensino Médio da rede pública estadual do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo, Vitória, ES, 03 jan. 2021c. <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20329.pdf>.

Espírito Santo. (Estado). (2025). Secretaria de Estado da Educação. Guia de oportunidades para o estudante do novo Ensino Médio capixaba. <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2025/01/Ebook-Guia-de-Oportunidades-2025.pdf>.

Ferreti, C. J., & Silva, M. R. D. (2017) Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade*, 38, 385-404. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176607>

Ferreira, E. B., & Santos, K. C. dos. (2024). Novo Ensino Médio: os itinerários formativos na rede de ensino do Espírito Santo. *Perspectiva*, 42(2), 1–22. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e94918>

GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Lyrio, A. S., Silva, E. M., Tartaglia, L. M., & Ferreira, E. B. (2024). O novo Ensino Médio no Espírito Santo: a implantação realizada nas escolas-piloto. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], 13 (2), 1-21. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n2a2024-69721>

Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

Peroni, V. M. V. (2020). Relação Público-Privado no Contexto de Neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, 41, e241697. <https://doi.org/10.1590/ES.241697>

Rizzoto, M. L. F. (2017). Da expropriação do patrimônio público à expropriação dos direitos do trabalho: a nova ofensiva neoliberal. *Saúde em Debate*, [S. l.], 41 (114), p. 675-682. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711400>

Saviani, D. (2018). A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: Krawczyk, N., & Lombardi, J. C. (Org.). *O golpe de 2016*. Uberlândia: Navegando, p. 27-45. DOI: 10.29388/978-85-53111-28-2-0

Tonieto, C., Bellenzier, C. S., & Bukowski, C. (2023). As concepções dos estudantes em relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio. *Revista Espaço Pedagógico*, 30, e14398. <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14398>

Recebido: 15 de abril de 2025 | **Aceito:** 2 de outubro de 2025 | **Publicado:** 04 de dezembro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.